

---

LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002. 280 p. (Coleção Antropologia e Educação).

*Maria Cristina Caminha de Castilhos França*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

Este livro, composto por ensaios de estudiosos que atuam ou atuaram no Grupo de Educação Indígena (MARI), do Departamento de Antropologia da USP, propõe trazer à luz as reflexões sobre a infância nas sociedades indígenas, buscando rever os fundamentos epistemológicos que norteiam as escassas atenções atribuídas pelas pesquisas etnológicas sobre a infância nas sociedades indígenas brasileiras. O eixo que reúne esses ensaios diz respeito à preocupação com os processos cognitivos e com os processos sociais de ensino-aprendizagem, sobre os quais as crianças experimentam e expressam a vida social. Nesse sentido, as organizadoras acreditam que a contribuição efetiva da antropologia da criança indígena no Brasil na construção de um referencial teórico, irá ao encontro das inúmeras questões bem como das respostas, ambas emergentes das discussões em torno da educação escolar indígena.

A organização desta obra foi fruto de uma árdua empreitada, que prescindiu o auxílio e a dedicação de muitas pessoas. O término do livro foi impulsionado pelo exemplo de garra e competência, sempre reconhecido, mas tristemente vivenciado pela falta de uma das organizadoras, Aracy Lopes da Silva.

Na introdução “Contribuições na etnologia indígena brasileira à antropologia da criança”, Aracy Lopes da Silva e Ângela Nunes oferecem ao leitor uma visão constitutiva da organização dos ensaios e artigos presentes, reunidos no volume em questão, bem como a emergência da abordagem dos temas relativos à concepção da infância e aos processos de aprendizagem na vida social dos povos indígenas. Há, inicialmente, uma revisão dos primeiros estudos até as mais recentes discussões de caráter mundial, complementada pela perspectiva brasileira, com o sentido de reforçar o campo de investigação sobre as crianças, nos estudos e reflexões das ciências sociais. O desenvolvimento de um paradigma para o estudo da infância ao final do século XX cooptou pesquisadores que passaram a se dedicar a

essa categoria social, na qual conceitos como socialização foram revisados trazendo novas condições de renovação do interesse pela criança na pesquisa antropológica.

Os ensaios que compõem essa obra foram distribuídos em duas partes, sendo que a primeira propõe a inserção no mundo infantil indígena e a sua problematização, na segunda parte são apresentadas as diferentes posições analíticas sobre socialização e aprendizado infantil e a introdução do debate sobre o lugar ocupado pelas crianças indígenas na produção da etnologia brasileira. Iniciaremos com os ensaios apresentados na Parte I:

Em “Pequenos ‘xamãs’: crianças indígenas, corporalidade e escolarização”, Aracy Lopes da Silva propõe a reflexão sobre a compatibilidade efetiva entre a educação indígena e a escolarização, a partir de “momentos etnográficos” experienciados em trabalhos de campo realizados entre povos indígenas Jê centro-brasileiros, a’uw?, entre etapas sucessivas que vão de 1971 a 1995. Essas situações etnográficas referem-se ao reconhecimento da existência de processos próprios de aprendizagem, transmissão e expressão de conhecimentos concebidos e praticados por esses povos, que partem de mecanismos ou recursos conformadores de um processo cognitivo específico. Esse processo cognitivo diz respeito à corporalidade, que sintetiza significações sociais, cosmológicas, psicológicas, emocionais e cognitivas; à performance ritual como constituinte de uma linguagem estética e dramática que estabelece uma memória corporal atualizada e revisitada ao longo da vida; aos seres de outros domínios cósmicos, como os mundos dos antepassados, dos sonhos, dos animais ensinados e aprendidos a partir da relação entre gerações mais velhas e mais novas; às situações de repouso, lazer, de convívio afetivo, de produção e consumo de alimentos; enfim, às situações apreendidas na ação e na experimentação a’uw? da vida cotidiana.

Em “No tempo e espaço: brincadeiras das crianças A’uw?-Xavante”, Ângela Nunes parte das categorias “tempo e espaço” observadas como experiências vivenciadas pelas crianças A’uw?-Xavante, tanto nas atividades cotidianas, como nas atividades lúdicas, sendo que a expressão dessas categorias é reconhecida nessas atividades como veículo de compreensão de si (do seu mundo íntimo), como do outro (do mundo das relações). É através do tempo e do espaço, como noções simbólicas, que as crianças localizam-se e posicionam-se no mundo social. Pode-se reconhecer a incorporação dessas noções, quando tornam-se conhecimento de domínios individual e

coletivo, como o exemplo da existência de brincadeiras que se mantêm relacionadas às condições ambientais do ciclo e do ritmo sazonais refletindo momentos de interiorização e de exteriorização dos arranjos que refletem etapas do ciclo da vida de cada indivíduo e da coletividade. Destaca-se a vivência de uma igualdade ou liberdade quase incondicional das crianças indígenas, de uma ordem vivida de outro modo, como uma das possíveis propulsoras de todo um processo educacional, uma vez que é na vivência intensa de situações junto aos adultos e com outras crianças que a construção e transmissão de saberes são incorporados e, gradativamente, conscientizados.

Em “Um pouco da educação ambiental Xavante” de Eduardo Carrara, o conhecimento sobre o meio ambiente passa pelo saber dos velhos que nomeiam, classificam, narram mitos ou histórias sobre o relacionamento de homens, animais e plantas. As crianças, desde pequenas, mantêm contato intenso com animais e plantas no cotidiano da aldeia e, aos poucos, estendem suas observações fora dos limites desse espaço. Assim como conquistam o conhecimento através de descobertas, experimentações e transmissão, eles também passam seus conhecimentos às crianças menores - há, portanto, uma troca de saberes entre as diferentes camadas etárias da aldeia. Esses saberes estão pousados sobre a concepção sobre os seres e os ambientes que se encontra integrada, profundamente entrelaçada, onde todos os elementos cosmológicos e o próprio homem são pensados como um conjunto de múltiplas inter-relações entre os saberes, as técnicas e a constante interpenetração intelectual e prática entre natureza e sociedade. Enfim, os aspectos socioculturais do conhecimento xavante sobre plantas e animais são transmitidos e aprendidos em circunstâncias específicas, tais como os próprios do conselho político, os dos gêneros masculino e feminino, os dos grupos domésticos e o do mito do gavião-real.

Clarice Cohn, no ensaio “A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin”, inicia apresentando os Xikrin no seu universo social, propondo reflexões sobre a importância das crianças na vida social desse povo, a partir do cotidiano vivido por elas. A seguir, é proposta uma reflexão sobre o aprendizado, tanto no que diz respeito à sua aquisição, quanto ao seu conteúdo, na concepção dos Xikrin. O tratamento dispensado às crianças, pelos adultos, é de absoluta atenção e participação nos acontecimentos e atividades da vida cotidiana, sendo que somente os rituais considerados perigosos lhes são proibidos. Portanto, inúmeras são as possibilidades da

criança Xikrin “ver tudo”, a partir dessa ação que é uma das prerrogativas do aprendizado na concepção Xikrin. O que se aprende é armazenado no coração, que é o lugar do saber e, para aprender, as crianças desenvolvem a capacidade de entender, através da visão e da audição. O conhecimento das normas sociais e os conhecimentos próprios a essa sociedade só serão exigidos quando os indivíduos tiverem coração, olhos e ouvidos “fortes” – instrumentos essenciais que devem ser fortalecidos, para que se estabeleça a capacidade de aprender, compreender e apreender o que lhes é oferecido pela experiência.

Mariana Kawall Leal Ferreira, em “Divina abundância: fome, miséria e a Terra Sem Mal das crianças Guarani”, propõe a possibilidade de uma nova perspectiva de leitura da sociedade Guarani, através de jogos e brincadeiras encenados pelas crianças da terra indígena Guarani de Itaoca, durante o período entre 1997 e 1999. Sua análise parte de três jogos de representação em que, em meio ao drama da miséria vivida pelas sociedades Guarani M’byá e Guarani Nhadeva à beira do lixo municipal, as crianças buscam formas de restabelecer a economia de reciprocidade Guarani – a obrigação de dar, receber e retribuir. Ou seja, está nas atividades lúdicas a revelação de que o sofrimento do povo não é condição a ascensão ao paraíso mítico Guarani. Ainda que vivam em condições de pobreza absoluta, é a força afirmativa da prática da reciprocidade que emerge nas brincadeiras e histórias em que as crianças recriam seus significados no dia-a-dia.

Em “No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá”, Levi Marques Pereira buscou identificar a lógica da circulação de crianças, os processos de construção da identidade social do adotado e o *status* deste, em relação à família de origem e a adoção. A partir do reconhecimento que, entre os Kaiowá é comum a existência de três ou quatro casamentos, e que a cada nova relação os filhos do casamento desfeito passam, em geral, a ser absorvidos pela parentela de um dos cônjuges – tratando-se de uma filiação aditiva, em que se passa a pertencer a um segundo grupo sem perder os vínculos de parentesco e solidariedade com o grupo de origem. O outro modelo é o dos “guachos puros”, que têm a sua origem no fogo familiar desfeito por morte ou separação com diluição dos laços de filiação. Em relação ao *status*, o pertencimento a uma parentela é pré-condição para a existência social, que estabelece normas de distinção entre os indivíduos e age como aspecto fundante da identidade social. Nesse sentido, o primeiro modelo oportuniza à criança uma posição social de pres-

tígio assumida no interior de uma parentela, quando essa mantém um *status* elevado na sociedade. O segundo modelo, ao contrário, está deslocado do sistema por intermédio da sua condição de indivíduo sem vínculos, sem laços de parentesco que lhe permita situar-se nas disputas, hierarquias e alianças que norteiam as relações entre as pessoas e as parentelas. Em geral, o guacho não tem direito algum, como freqüentar a escola ou participar de experiências além das fronteiras da aldeia, e a autoridade do grupo sobre ele inscreve-lhe o sentimento de dever e obrigação e lhe designa apenas o trabalho. É a partir dessa divisão, segundo o *status* atribuído à criança adotada na sociedade Xikrin, que serão variadas as condições de transmissão do conhecimento e a natureza dos conhecimentos, uma vez que há nessa vivência funções sociais diferenciadoras.

Em “As crianças no progresso de recuperação demográfica dos Asurini do Xingu”, Regina Pólo Muller busca, através da descrição da história sobre as duas situações contrárias que se referem à ausência/presença de crianças Asurini nos últimos 28 anos, que vivem na aldeia de mesmo nome, localizada às margens do rio Xingu, no Estado do Pará, compreender a atual realidade infantil, diante de uma profunda inversão do seu mundo – antes, caracterizado pela falta de seus pares e hoje, pelo excesso. Ou seja, trata-se de compreender as mudanças que ocorrem na vida social Asurini, com a atenção voltada, especificamente, às relações entre transmissão da cultura e às transformações sociais. Essa análise está centrada na descrição das experiências sociais das crianças Asurini nos anos de 1970 – quando os Asurini organizavam suas atividades e relações sociais centradas no pertencimento a um grupo familiar, onde era construída a identidade – em contraponto às experiências das crianças Asurini em 1999 – em que a construção de uma identidade não está restrita apenas ao grupo familiar, ela estende-se às variadas experiências do convívio intenso das crianças entre si, bem como do grupo doméstico e da coletividade da aldeia. Esse processo histórico em curso remete a uma infância com experiências bastante diversas àquela vida pela geração anterior. E é sobre essa alteração drástica que se erguem ricas questões a serem investigadas sobre a criança Asurini.

A Parte II é composta pelos seguintes artigos “A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia”, de Clarice Cohn, e “O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras”, de Ângela Nunes.

Clarice Cohn propõe apresentar no seu artigo o processo de reflexão que vem sendo feito a partir da percepção das sociedades sobre a infância,

o desenvolvimento infantil e os processos de aprendizado específicos a cada uma dessas sociedades. A partir de uma revisão de temas abordados por vários estudiosos das sociedades não ocidentais, verifica-se que o universo infantil não é reconhecido como dotado de autonomia, com processos específicos de socialização e aprendizagem. A antropologia, em textos mais recentes, tem-se mostrado adepta à revisão do entendimento sobre a infância, processos de socialização e aprendizagem nas sociedades, a partir do universo infantil, percebido como palco de pequenos atores sociais ativos e produtores de cultura.

Ângela M. Nunes em seu artigo intitulado “O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras” traz à tona, por intermédio de exemplos de estudos promovidos por antropólogos e etnólogos, a escassez de investigação e estudos da antropologia sobre a criança, acrescentando a esse reconhecimento, a sugestão de adotar a nomeação deste campo de investigação específico, de Antropologia da Infância, ou da Criança. Essa falta de estudos voltados para esse período da vida não parece claro, segundo a autora. Entretanto, a partir do reconhecimento da criança como um ser social, pertencente a uma etapa do ciclo da vida com traços próprios e que possui tal importância como as demais, uma vez que se cumpre em si mesma, novos estudos dotados de novas concepções devem ser produzidos para que a sociabilidade da criança, ao ser desvendada possa ser considerada como plena.